

**REQUERIMENTO Nº 76, DE 1975**

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1974, de minha autoria, que "Dispõe sobre estágio profissional de estudantes de direito", feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1975. — **Vasconcelos Torres.**

**REQUERIMENTO Nº 77, DE 1975**

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1974, de minha autoria, que "Fixa idade limite para investiduras em cargo de Ministro nos Tribunais Superiores da União, e dá outras providências", feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1975. — **Vasconcelos Torres.**

**REQUERIMENTO Nº 78, DE 1975**

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 118/74, da Comissão do Distrito Federal, que define os crimes de responsabilidade do Governador e dos Secretários do Governo do Distrito Federal, e dá outras providências, feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1975. — **Cattete Pinheiro.**

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Os requerimentos lidos serão publicados e incluídos em Ordem do Dia, nos termos do disposto no art. 279 do Regimento Interno.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Senador Luiz Viana, por delegação da Liderança da ARENA.

**O SR. LUIZ VIANA (Bahia) (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ainda pouco familiarizado com as praxes, as tradições, os hábitos desta ilustre Casa, a que hoje pertencem pelo honroso voto dos meus conterrâneos da Bahia, quero, inicialmente, pedir a V. Exª e aos colegas que me relevem qualquer falta, qualquer deslize com que, porventura, involuntariamente, contrarie as boas e melhores tradições do Senado. Mas, se estou pouco familiarizado com a Casa, nem por isso tenho deixado de acompanhá-la, com o devido interesse, o desdobramento dos fatos políticos que estão marcando a vida brasileira nestes últimos meses. Confesso a V. Exª, Sr. Presidente, que, ao chegar a esta Casa, trazia eu a convicção de que nos iria caber, e ainda acredito nos caberá, a tarefa de nos empenharmos, juntos — e quando digo juntos, Sr. Presidente, não me refiro apenas a nós da ARENA, mas, a nós todos que representamos o Brasil, da ARENA e da Oposição — na tarefa relevante de reorganizar, de encaminhar para o seu estágio definitivo, a democracia do País. Devo confessar a V. Exª que, sobretudo, dois motivos me levavam a essa convicção; não era aquela velha aspiração de que todos participamos e de que V. Exª, Sr. Presidente, é um dos mais ilustres e mais antigos líderes no País desde 1932. Não, Sr. Presidente. O que me animava agora, inicialmente, eram as palavras reiteradas do Senhor Presidente da República. Não posso mesmo deixar de ler alguns trechos da Mensagem de Sua Excelência, referentes à distensão política desejada pelo eminente Chefe da Nação.

Realmente, na última Mensagem dirigida ao Congresso Nacional dizia ele:

"Todo um largo, dedicado e perseverante esforço de construção do País permitiu notável avanço no quadro econômico, com sensível progresso, mais consequente daquele do que propriamente autônomo, no campo psicossocial. E, por circunstâncias várias, estagnou-se o setor político ou, com maior exatidão, retrocediu, uma vez que, na dinâmica

social, a estagnação é meramente episódica, levando, logo a seguir, à involução e ao retrocesso paulatinos."

Ao que acrescentou o eminente Presidente Ernesto Geisel:

"Penso justificar, assim, a intenção manifesta, desde a primeira hora, em meu Governo, de dedicar maior atenção ao campo político — não só externo como, sobretudo, interno — e de cuidar com toda a objetividade do campo social, através de medidas a ele especificamente destinadas."

Sr. Presidente, palavras tão claras, tão lúcidas, quando parte de uma personalidade como a do Presidente Ernesto Geisel, devem significar alguma coisa. Sabemos que Sua Excelência, através de uma longa vida — em que os problemas nacionais nunca o afastaram dos seus deveres e das suas preocupações militares — caldeada em episódios múltiplos da política brasileira, alçou-se a uma altitude moral cada vez maior.

Não há neste País quem não saiba a altitude moral, a integridade pessoal que caracteriza, sem jaça, o Presidente Ernesto Geisel.

Não podiam portanto ser gratuitas — ou serem apenas ditas para efeito de publicidade ou para o noticiário dos jornais no País ou no exterior — afirmações tão categóricas quanto essas feitas pelo eminente Presidente, que teve o cuidado, como tem sempre, de caminhar devagar, porque entre as características do Presidente Geisel está aquela de ser um homem que não retrocede.

Pode disso o País estar consciente e convicto: os passos que o Presidente Ernesto Geisel der em direção à Democracia não retrogradarão: ele não é homem de retroagir, nem de regredir; ele é um homem de andar ponderada e gradualmente, mas de andar sempre para a frente. Tanto assim, Sr. Presidente que, como se previsse já a arguição feita nesta Casa, querendo estabelecer um paralelo, ou um símile entre a situação do Presidente Ernesto Geisel e a dos seus antecessores, os eminentes Presidentes Castello Branco, Costa e Silva e Emílio Médici, teve o cuidado Sua Excelência de, nesta mesma Mensagem, logo colocar os destinos que marcam, realmente, as posições diversas que tiveram cada um daqueles Presidentes e que, também, são distintas da situação em que assumiu o Governo o Presidente Ernesto Geisel.

Não sei se preciso ler tudo, mas não faz mal que, aqui, lembre alguma coisa.

Diz Sua Excelência:

"No Governo Castello Branco, ante a derrocada econômica que ameaçava o País, o esforço principal do Estado não poderia deixar de realizar-se no campo econômico-financeiro e, muito especialmente, nessa zona híbrida da segurança econômica cujo signo maior é o combate à inflação. Deve-se-lhe reconhecer, no entanto, o muito que buscou fazer nos demais campos, em particular no da consolidação de nossas estruturas políticas tão abaladas. Costa e Silva, apesar do lema de "humanização do desenvolvimento" que desde logo enunciou, viu-se mais e mais levado à concentração de esforços no campo do desenvolvimento econômico. E Médici, apesar do primado indiscutível da estratégia econômica sobre as demais e devido mesmo ao extraordinário êxito que aí alcançou, pôde já empenhar-se, validamente, no campo do desenvolvimento psicossocial."

Ora, Sr. Presidente, bem diversa é a situação em que hoje se encontra o Presidente Ernesto Geisel para, realmente, conquistada uma maior segurança no País, poder acenar com novos passos em busca da institucionalização da Revolução e da Democracia. Digo da Revolução e da Democracia, Sr. Presidente, porque realmente elas são inseparáveis; nasceram juntas e realmente quando chegamos ao fim da Revolução elas estarão juntas, tremulando nos mais altos mastros do País.

Foi em nome da Democracia que V. Exª, Sr. Presidente, levantou Minas Gerais; foi em nome da Democracia que as Forças

Armadas do Brasil se uniram para fazer a Revolução e esses ideais estão vivos e são permanentes. Entretanto, não podemos fazer com que, em nome desses ideais, sacrificemos outros princípios que também são fundamentais e vitais à permanência do Brasil, entre eles o da segurança, o da ordem pública neste País.

Não é possível que se queira fazer da democracia uma estrada que leve à desordem, que leve à anarquia, que leve ao caos econômico, ao caos financeiro e social.

Entretanto, não era apenas esse lado que eu via, para imaginar que iam todos chegar aqui e dar as mãos, em busca desse ideal democrático. Também acreditava que o Partido da Oposição, o MDB, tendo conquistado as importantes votações — direi mesmo vitórias — em largas áreas da população e do território nacional, vencidas certas etapas de sua vida, poderia chegar a esta Casa já despido de certos preconceitos, já despreocupado de cortejar certas forças que estão voltadas para a dissensão nacional. Assim acreditava na atuação do MDB, pela vitória que teve, pela posição que tem hoje no País, como partido de Oposição, mas também como um partido nascido na Revolução — porque, tanto quanto nós, o MDB é um partido da Revolução e deve, portanto ter consciência das suas responsabilidades, que são tanto maiores quanto maior for a sua força política no País.

Entretanto, Sr. Presidente, quando seria de esperar que esta conjuntura — de um lado a palavra do Presidente da República, de outro as responsabilidades maiores do partido da Oposição — favorecesse o aparecimento de um clima de confiança, de confiança recíproca, o que temos visto aqui é justamente o contrário. Ao mesmo tempo em que se elogia o Senhor Presidente da República, ao mesmo tempo em que se louva as suas palavras, cercam-se S. Ex<sup>a</sup> de dúvidas, de desconfiâncias, de interrogações. Pelo menos, no meu entender, é o que tem emergido de muitos dos discursos aqui proferidos pelos representantes da Oposição.

**O Sr. Luiz Cavalcante (Alagoas)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. LUIZ VIANA (Bahia)** — Pois não.

**O Sr. Luiz Cavalcante (Alagoas)** — Folgo em ver V. Ex<sup>a</sup>, homem que toda a Nação conhece, de estatura política absolutamente nacional, enfileirar-se entre os que, como todos nós neste plenário, anseiam pela normalidade democrática. Mas, um tanto cético que sou, tenho para mim, meu nobre colega, que os aspectos conjunturais pesarão bem mais do que quaisquer outros aspectos, ou propósitos pessoais, na concretização deste nosso anseio. De modo que se me afigura absolutamente correto o ponto de vista do Sr. Roberto Campos, ao dizer que "a normalidade democrática é muito mais uma conquista difícil do que um prêmio fácil".

**O SR. LUIZ VIANA (Bahia)** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte. Não tenho dúvidas de que esse caminho é áspero, difícil e de que será longo. É necessário porém, que nós demos os primeiros passos, mas que os demos confiantes, sabendo da sinceridade de cada um, sabendo que, quando se propõe a uma abertura política sem prejuízo, naturalmente, dos grandes ideais da Revolução, o Senhor Presidente da República o faz sinceramente, com plena consciência das suas responsabilidades, com plena consciência dos seus deveres para com o País e para com a democracia.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)** — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. LUIZ VIANA (Bahia)** — Pois não, com muito prazer.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)** — Em nome da Liderança do MDB, desejo trazer a nossa contribuição, para que V. Ex<sup>a</sup> conheça melhor o pensamento do Movimento Democrático Brasileiro. Essa desconfiança que V. Ex<sup>a</sup> viu em algum pronunciamento...

**O SR. LUIZ VIANA (Bahia)** — Eu não vi, ela foi enunciada aqui.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)**... não corresponde, absolutamente, ao pensamento e às palavras dos representantes do MDB. Pelo contrário, falando em nome de toda a Bancada, na abertura dos nossos trabalhos, tivemos oportunidade de citar e incorporar ao nosso discurso, em nome da legenda, exatamente o trecho, que V. Ex<sup>a</sup> leu, do Senhor Presidente da República. Reafirmávamos nossa confiança em que fossem dados os demais passos necessários à normalidade e para esse trabalho — que, como disse V. Ex<sup>a</sup> e como pensa o País, é tarefa não de um Partido, ou de um homem, mas de todos nós — oferecíamos a colaboração leal e patriótica do MDB, para um encontro de fórmulas, de normas de Direito Público que assegurassem a indispensável convivência da democracia com a segurança no Brasil. Respeitamos, como todos os brasileiros o fazem, a figura do Presidente da República. Mas isso não nos impede de afirmar que muitos passos devem ser dados. Deram-se passos decisivos. A atuação do Senhor Presidente da República foi elogiada pelo MDB, mas não podemos, evidentemente, achar que bastam as intenções ou os atos de S. Ex<sup>a</sup>. É preciso que toda a Nação se incorpore a esse movimento e, mais do que isso, que normas concretas, de ordem pública, eliminem os entraves que ainda existem para nossa normalidade democrática.

**O SR. LUIZ VIANA (Bahia)** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Mas não o faço sem observar que, o que emerge dessas palavras, para aqueles que têm acompanhado os debates desta Casa, é que o MDB aparece bifronte. Ouvimos o eminente Senador Marcos Freire. Que dizia ele, nos seus discursos? Fazia o confronto da situação do Presidente Ernesto Geisel com os Governos anteriores, para concluir que, assim como aqueles Presidentes, desejosos de implantar uma ordem democrática, não o haviam conseguido, também o Presidente Ernesto Geisel sofreria os mesmos cerceamentos.

Essa foi a conclusão do discurso do eminente Senador Marcos Freire. E é justamente o que não me parece — perdoem V. Ex<sup>as</sup> esta apreciação — o caminho melhor, o caminho mais frutuoso para que alcancemos aquele estado democrático, aquele estado de direito a que todos nós aspiramos.

**O Sr. Marcos Freire (Pernambuco)** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. LUIZ VIANA (Bahia)** — Com muito prazer.

**O Sr. Marcos Freire (Pernambuco)** — Infelizmente, talvez por deficiência minha na exposição que fiz, V. Ex<sup>a</sup> não tenha entendido...

**O SR. LUIZ VIANA (Bahia)** — Nas duas exposições que V. Ex<sup>a</sup> fez.

**O Sr. Marcos Freire (Pernambuco)** — Retifico: nas exposições que fiz nesta Casa, talvez não tenha conseguido expressar exatamente o objetivo de meus pronunciamentos, porque paralelos não fiz entre o Governo do Presidente Ernesto Geisel e o dos Governos anteriores. Na verdade, o que procurei demonstrar, neste plenário, foi a similitude dos poderes discricionários existentes após o golpe de 1937 e aqueles poderes igualmente discricionários atualmente existentes através do Ato Institucional nº 5 e da Carta outorgada de 1969. Os subsídios aqui trazidos, inclusive pelo nobre Senador Jarbas Passarinho, apenas comprovaram que a procedência dos nossos temores, de que tão-somente intenções não bastam para que possamos chegar à normalidade democrática. Este, no final das contas, o núcleo das exposições que fiz. Não me cabe, de fato, prever se o atual Governo vai ser ou não mais bem sucedido do que os anteriores nos propósitos, aqui assegurados, de redemocratização que todos esses governos teriam dito. Portanto, sem querer interromper o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, apenas esclareço a posição por mim assumida nesta Casa, para que sobre ela não pairem quaisquer dúvidas.

**O SR. LUIZ VIANA (Bahia)** — Oxalá V. Ex<sup>a</sup> continue por este caminho, porque, realmente, o que se depreende das suas manifestações é que V. Ex<sup>a</sup>, em vez de abrir um crédito de confiança, a que o

General Ernesto Geisel tem direito, pela sua vida, pelo seu passado e pelo seu caráter. V. Ex<sup>a</sup> fez um jogo de interrogações, um jogo de dúvidas, um jogo de desconfianças e que — acredito — não levam a nada de frutuoso para a vida pública do Brasil.

**O Sr. Marcos Freire** (Pernambuco) — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> outra intervenção?

**O SR. LUIZ VIANA** (Bahia) — Sabe V. Ex<sup>a</sup> muito bem, porque vem da terra de Joaquim Nabuco, aquela famosa frase por ele deixada no "Estadista do Império": "O mal das revoluções é que elas não se fazem sem os exaltados, e com eles é impossível governar".

Não são apenas as revoluções que sofrem desse mal. Também as oposições sofrem do mesmo mal, e temo que a Oposição a que V. Ex<sup>a</sup> pertence se exalte demasiadamente em certos setores, prejudicando a conciliação nacional, que V. Ex<sup>a</sup> ontem pregou e que todos nós desejamos.

**O Sr. Marcos Freire** (Pernambuco) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, já que estou sendo reiteradamente citado por V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. LUIZ VIANA** (Bahia) — Pois não.

**O Sr. Marcos Freire** (Pernambuco) — Não vejo nenhum mal que a Oposição, nas Casas legislativas, faça inquirições, levante dúvidas, expresse, até mesmo, desconfianças. Pelo contrário, parece-me próprio do papel da Oposição, sobretudo quando, decorridos mais de dez anos do movimento político-militar de 1964, toda a história registre avanços e recuos nos propósitos e nos ideais defendidos por aqueles que, à época, fizeram o referido movimento. Portanto, aqui estamos não para dar ou negar créditos de confiança a pessoas, mas para exatamente aguardar comportamentos objetivos que comprovem a disposição e, principalmente, a efetivação da normalização democrática que vem sendo anunciada pelo Governo. Quanto ao fato de pertencer eu a certas áreas que V. Ex<sup>a</sup> considera de elementos exaltados, permitir-me-ia dizer que, num partido de oposição como um partido do próprio Governo, não se deve desejar a uniformidade de atuação dos seus elementos, porque nós representamos o povo, o povo — poderíamos dizer — em todas as suas inquietações pelo destino de sua Pátria, e cada qual, variando com o seu temperamento, com a sua formação e com a sua índole, deve lutar como melhor lhe parece seja de sua obrigação.

**O SR. LUIZ VIANA** (Bahia) — Gosto de registrar no meu discurso a confissão de V. Ex<sup>a</sup>, de que o seu Partido está dividido.

**O Sr. Marcos Freire** (Pernambuco) — V. Ex<sup>a</sup> está inteiramente equivocado.

**O Sr. Dirceu Cardoso** (Espírito Santo) — Completamente equivocado.

**O Sr. Marcos Freire** (Pernambuco) — V. Ex<sup>a</sup> está completamente equivocado. Lamento que V. Ex<sup>a</sup> procure destorcer as minhas palavras. Na verdade, o que falei foi a diferença de atuação.

**O SR. LUIZ VIANA** (Bahia) — Foi V. Ex<sup>a</sup> mesmo quem disse que os partidos são múltiplos, têm opiniões variadas...

**O Sr. Marcos Freire** (Pernambuco) — Isto é outra coisa. Não é divisão de partido. É heterogeneidade de temperamento.

**O SR. LUIZ VIANA** (Bahia) — O importante, nobre Senador Marcos Freire, é que o País também quer saber — e V. Ex<sup>a</sup> me perdoo a impertinência da minha indagação — o que o País quer saber é como está a Oposição diante da subversão. Na mensagem, o Presidente Geisel fez referências, aqui expressas, aos guerrilheiros de Caparaó, do Vale do Ribeira, Xambioá, Marabá, em Goiás e no Pará. Justamente é isto que o País quer saber: quais os elementos que apoiam ou não esses movimentos.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. LUIZ VIANA** (Bahia) — Com muito prazer.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Com esta pergunta V. Ex<sup>a</sup> insinua, mais uma vez, fato que merece a nossa total e radical repulsa.

**O SR. LUIZ VIANA** (Bahia) — Perfeito!

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Esta pergunta insinua...

**O SR. LUIZ VIANA** (Bahia) — Não insinua nada. A resposta é que deve esclarecer.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — ... algo para o qual é preciso uma resposta definitiva. O Movimento Democrático Brasileiro nada tem a ver com a subversão. O MDB a repele na teoria e na prática...

**O SR. LUIZ VIANA** (Bahia) — Ótimo...

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Então, diante desse fato, V. Ex<sup>a</sup> não tem o direito de perguntar, ...

**O SR. LUIZ VIANA** (Bahia) — Tenho o direito de perguntar, porque o País quer saber.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — ... não tem o direito de insinuar, porque teremos também nós o direito de perguntar qual a posição da ARENA diante daqueles que querem que os Atos Institucionais permaneçam, e não a normalidade democrática. Esta pergunta também poderia ser feita a V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. LUIZ VIANA** (Bahia) — A mim, não.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — ... e aos representantes da ARENA, em nome da qual V. Ex<sup>a</sup> fala neste momento. Se V. Ex<sup>a</sup> quer sinceramente aquela convivência à que se referiu no início de suas palavras, há de respeitar a palavra das lideranças que aqui falam, no propósito de um entendimento leal. Os partidos, pelos seus programas, pelas suas afirmações, ao afirmarem que querem a democracia, a querem realmente. Não querem a subversão da esquerda, como não querem a reação da direita...

**O SR. LUIZ VIANA** (Bahia) — Vê V. Ex<sup>a</sup> quanto a minha pergunta é útil.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Estas duas posições devem ser afirmadas claramente. Queremos a legalidade democrática, queremos uma autêntica democracia, e não podemos aceitar nem os desvios da esquerda, nem os desvios da direita. Essa linguagem deve ser clara. Da parte dos responsáveis pelos Partidos não pode caber a insinuação e a dúvida que ficaram no ar com as palavras de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. LUIZ VIANA** (Bahia) — Não podiam ficar no ar, quando V. Ex<sup>a</sup> estava presente, para tão bem enunciar, com clareza, o seu pensamento, e com V. Ex<sup>a</sup> me congratulo, se for realmente o pensamento unânime do seu Partido.

**O Sr. José Lindoso** (Amazonas) — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. LUIZ VIANA** (Bahia) — Com muito prazer.

**O Sr. José Lindoso** (Amazonas) — Nobre Senador Luiz Viana, V. Ex<sup>a</sup>, estréia, nesta tribuna, trazendo a palavra da Bahia, para encantamento da inteligência do Senado e para esclarecimento e roteiro necessário aos caminhos da política brasileira. O discurso de altitude que V. Ex<sup>a</sup> está pronunciando merece o nosso entusiasmo, o nosso aplauso e o nosso mais profundo respeito. O importante, em tudo isto, neste debate, é que, quando a nobre Oposição alardeia a necessidade de se abrir caminhos para a liberdade, quando, realmente, bate em uma porta aberta, como ontem referiu o Senador Jarbas Passarinho V. Ex<sup>a</sup>, no decorrer de um debate, dentro da lógica simples de um debate, faz uma indagação que é de ordem histórica e da maior responsabilidade: qual a clara e positiva posição, da Oposição, diante da subversão que se apresentou neste País, flagelando tantas famílias, a todos nós, de todos os lados? Qual é a exata

posição, diante dessa circunstância em que se desenvolveu uma guerra revolucionária, quando o Presidente Geisel considerando praticamente encerrado esse período da guerra revolucionária, inicia o processo de normalidade democrática? A palavra autorizada de V. Ex<sup>a</sup> como brasileiro, como estudioso e como estadista, traça, realmente, roteiros para esses caminhos e a nobre Oposição se inflama, nega-se a si mesma porque aquela Oposição que pede o diálogo, recusa-se a responder uma palavra singela mas profundamente necessária aos nossos roteiros históricos — qual é a exata posição nossa, do Congresso, da Oposição e da ARENA relativamente à subversão, neste País?

O SR. LUIZ VIANA (Bahia) — Sr. Presidente...

O SR. Petrônio Portella (Piauí) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LUIZ VIANA (Bahia) — Com muito prazer.

O Sr. Petrônio Portella (Piauí) — Tenho para mim que escusado seria, aqui, acrescentar à palavra de V. Ex<sup>a</sup> a minha palavra de líder. V. Ex<sup>a</sup> fala em nome do nosso Partido ...

O SR. LUIZ VIANA (Bahia) — Agradecido a V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Petrônio Portella (Piauí) — ... para expressar bem a posição dele em face de grupos radicais, quer seja da direita, quer seja da esquerda. Somos contra a subversão, queremos um regime constantemente aperfeiçoado, de forma que se conciliem os anseios de liberdade com a necessidade da segurança. V. Ex<sup>a</sup> expressou esse pensamento de forma magistral, razão pela qual nós não precisamos dizer qual seja o nosso roteiro. O roteiro é aquele já traçado, inúmeras vezes, pelo precioso Presidente da República, General Ernesto Geisel.

O SR. LUIZ VIANA (Bahia) — Agradecido ao aparte de V. Ex<sup>a</sup> que dá novo vigor às minhas palavras.

Sr. Presidente, se por vezes fico mais veemente, disse quero de logo reiterar as minhas desculpas ao eminente Líder da Oposição nesta Casa, o meu velho amigo Senador Franco Montoro, peço que disso tomem nota os mais novos desta Casa — os mais novos —, aqueles que felizmente ainda não envelheceram e terão oportunidade de ver o Brasil muito mais próspero, mais rico, mais tranquilo, oferecendo melhores condições de vida e de tranquilidade para os seus filhos.

Eu quero dizer a estes jovens Senadores que eu, há quarenta anos — e V. Ex<sup>a</sup> sabe que isso é verdade — ingressei no Parlamento nacional e àquele tempo — ai de mim — era o mais jovem dos Deputados federais. Pois bem, Sr. Presidente, ao longo desses 40 anos, a que assistiu? Assisti, realmente, àqueles recuos a que se referiu o eminente Senador, mas a causa principal desses recuos, a causa principal dessas agonias da democracia esteve, sempre, na maneira por que os elementos radicais do Brasil de 1935 até 1964 conduziram a política nacional.

Quem não se lembra o que foi 1935, que abriu as portas para 1937? Quem não se lembra o que foi, aqui, 1945, com Getúlio e a Constituinte? Quem não se lembra o que foi 1954, que acabou no suicídio do Presidente Vargas? Era, justamente, a época em que os elementos radicais tomavam conta do País com os seus slogans e, inevitavelmente, provocaram a reação das forças da extrema direita. Depois, tivemos ainda o episódio Jânio Quadros, Sr. Presidente, tivemos os anos de 1963 e 1964, e em todos eles a causa fundamental daqueles desfechos, daquelas reações, foi a maneira imprudente de agir — é a palavra certa, Sr. Presidente, porque os elementos radicais não compreenderam que, realmente, a nossa democracia, longe de ser a democracia inglesa, a democracia americana, como desejamos que ela um dia seja, ela era, e ainda é, Sr. Presidente, aquela plantinha tenra, a que se referiu, numa das suas grandes orações, o eminente Sr. Octávio Mangabeira. Pois é, Sr. Presidente, não querem tomar conhecimento de que a plantinha é tenra e de que não vai suportar

vendavais, intempéries, inquéritos, lutas exageradas, que apenas contribuirão para exacerbar ânimos.

O que quero dizer aqui, Sr. Presidente, é que se a Oposição tão justamente, e por isso deve ser louvada, se preocupa com os direitos humanos, nós não nos preocupamos menos com esse direito, nem nós nem o Presidente da República. E poderia, aqui, evocar um episódio histórico quando, ainda em 1964, chegada ao Palácio do Planalto uma denúncia de violência contra presos políticos em Fernando de Noronha e em Porto Alegre, logo o ex-Presidente Castello Branco designou o Chefe da sua Casa Militar, pessoa da maior integridade e da sua maior confiança, para se deslocar àqueles pontos do território nacional em ampla e completa investigação sobre a matéria. E ainda deve haver no País — e aqui há o testemunho do ex-governador Paulo Guerra — os que se lembrem de que em lá chegando, o Presidente convocou o representante máximo da Ordem dos Advogados, ou do Instituto, não me lembro bem, o Presidente do Tribunal de Justiça e levou-os a Fernando de Noronha, visitou os presídios de Recife, daí resultando não somente a transferência de todos os presos políticos para Recife, mas, também, os de certos estabelecimentos, onde existem normas de regalias, de fiscalizações, que contribuíram, fundamentalmente, para que cessasse qualquer possibilidade de violência contra presos políticos.

O Sr. Fausto Castelo-Branco (Piauí) — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA (Bahia) — Com muito prazer.

O Sr. Fausto Castelo-Branco (Piauí) — Talvez, o aparte, neste instante, retire o brilho e o alto sentido da oração de V. Ex<sup>a</sup>...

O SR. LUIZ VIANA (Bahia) — Não apoiado.

O Sr. Fausto Castelo-Branco (Piauí) — ... mas tendo percorrido as altas funções, os altos postos do País, como percorreu, e para não fugir, também, ao exemplo profissional, eu quero dizer e testemunhar, neste momento, que V. Ex<sup>a</sup> está trazendo uma transfusão de sangue, mas uma transfusão de sangue tipo universal. Sangue para todos os Congressistas, sangue para a ARENA, para o MDB e, talvez, para o Brasil, quem sabe. É o que esperamos de V. Ex<sup>a</sup>

O SR. LUIZ VIANA (Bahia) — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>

Mas, Sr. Presidente, há quarenta anos, portanto, que assisto a isso e quero, na narrativa do episódio a que acabo de me referir, dar o testemunho, a certeza, de que, se alguma violência houver no País, pode ficar a Oposição certa de que alguém há de se preocupar com ela, em primeiro lugar, e esse alguém será o Presidente Ernesto Geisel.

Ninguém tenha dúvida, ninguém imagine que haverá uma violência no Governo do Presidente Geisel, com a sua complacência, com a sua tolerância, com os seus braços cruzados. Isso não é ele, não é do seu feito, não é da sua formação, não é das suas convicções. Pode, portanto, não somente a Oposição, mas, sobretudo, o Brasil, estar seguro, estar certo de que tem na chefia do seu Governo alguém que é tão sensível a qualquer violência, a qualquer arbitrariedade quanto aqueles que mais o sejam entre os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Comunico a V. Ex<sup>a</sup> que seu tempo está esgotado.

O SR. LUIZ VIANA (Bahia) — V. Ex<sup>a</sup> toleraria que eu fizesse uma pequena conclusão, com a generosidade que lhe é habitual?

Sei que V. Ex<sup>a</sup> me lembra, agora, um contrêrâneo seu, o Presidente Antônio Carlos, que presidiu a Câmara, em minha época. Quando chegava o tempo e via que o orador ainda teria alguma coisa a dizer, costumava adverti-lo: "o tempo, o tempo, o inimigo".

Estou vendo que V. Ex<sup>a</sup> me adverte de que esse inimigo me bate às portas. Mas, peço a V. Ex<sup>a</sup> que deixe a porta um pouco encostada, para que eu possa concluir o meu discurso, com a benevolência de V. Ex<sup>a</sup> e dos meus colegas.

**O Sr. Agenor Maria** (Rio Grande do Norte) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LUIZ VIANA** (Bahia) — Com muita honra.

**O Sr. Agenor Maria** (Rio Grande do Norte) — Disse V. Ex<sup>a</sup> que a democracia, no Brasil, é uma plantinha tenra. Posso afirmar a V. Ex<sup>a</sup> que o comunismo foi uma semente que não encontrou, no solo brasileiro, o terreno fértil onde pudesse evoluir. E jamais encontrará, porque a formação do povo brasileiro é, antes de tudo, cristã. Disso tenho certeza e posso afirmar a V. Ex<sup>a</sup>, em nome do meu Estado, do Estado do Rio Grande do Norte, que quando os comunistas tinham condições de ir para praça pública, de serem eleitos, de terem voto do povo, não entraram, no povo da minha terra, a guardida dessa semente que eu tenho certeza jamais vicejará em solo brasileiro. Muito obrigado.

**O SR. LUIZ VIANA** (Bahia) — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Entretanto, eu faria um pequeno reparo: nem por isso devemos dormir, porque muitos dos que dormiram acabaram assassinados pelos comunistas.

Sr. Presidente, devendo atender a V. Ex<sup>a</sup>, quero dizer que nós, nós da ARENA, já temos traçados os nossos caminhos. O nosso caminho é aquele apontado pelo Presidente Geisel, nas suas mensagens, no II Plano Nacional de Desenvolvimento. É o caminho que leva à prosperidade do Brasil; é o caminho que leva os brasileiros a alcançar, em 1979, uma renda per capita de mais de mil dólares; é o caminho que leva o Brasil, em 79, a exportar mais de quarenta bilhões de dólares.

Pergunto, Sr. Presidente, — e pergunto, não com malícia; pelo contrário, longe de mim qualquer malícia — justamente para saber se teremos a colaboração necessária para realizar esse objetivo de cobrir, nesse período de tempo, a área da fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento.

**O Sr. José Sarney** (Maranhão) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LUIZ VIANA** (Bahia) — Pois não, nobre colega.

**O Sr. José Sarney** (Maranhão) — Antes de V. Ex<sup>a</sup> concluir o seu brilhante discurso, é um dever de consciência que eu preste uma homenagem a V. Ex<sup>a</sup>, embora truncando, neste trecho, um pedaço de seu discurso. Quero dizer que o Senado está maior com a presença de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LUIZ VIANA** (Bahia) — Muito obrigado V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. José Sarney** (Maranhão) — Historiador dos maiores deste País, escritor consagrado, estadista e uma personalidade invulgar, na História política brasileira, assim é do meu dever, de boa praxe parlamentar, embora dando um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, prestar esta homenagem, que é a homenagem que todo o Senado Federal presta a V. Ex<sup>a</sup> nesta tarde. Queria dizer, respondendo ao Senador Marcos Freire, que pediu que demonstrássemos fatos da conduta do Presidente Ernesto Geisel — acho que o maior fato que podíamos prestar é a presença do Senador Marcos Freire nesta Casa, com seu talento, defendendo as suas idéias, fruto de eleições livres que o Presidente Ernesto Geisel assegurou. Esta, sem dúvida, seria a primeira e a maior abertura que Sua Excelência teria que fazer ao País, dando ao povo o direito de fazer o que o povo fez, engrandecendo também esta Casa, com a numerosa Oposição que aqui está e com a voz do Senador Marcos Freire. Se ele quer um ponto mais objetivo da fidelidade democrática, do caminho firme a percorrer pelo Presidente Ernesto Geisel, ele tem: é a sua eleição e as eleições de 15 de novembro.

**O SR. LUIZ VIANA** (Bahia) — Ao agradecer o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, não perco a oportunidade de relembrar aquela afirmativa de V. Ex<sup>a</sup>, que tão bem traduz os propósitos e as determinações do nosso Partido. Não permitiremos que a Revolução seja trazida para qualquer pretório, não porque tenhamos qualquer pretório, seja o da história ou o dos contemporâneos, porque os serviços que a Revolu-

ção prestou ao Brasil são hoje palpáveis. Tomamos um País na anarquia financeira, na anarquia social e na estagnação econômica; hoje, o que temos é um País em pleno caminho do desenvolvimento. É isto que não será interrompido. Sr. Presidente, é justamente essa caminhada do Brasil. Essa caminhada que o Brasil tem feito para se transformar numa grande potência, que possa dar aos seus filhos aquele bem-estar, aquela segurança, aquela tranquilidade que todos desejamos.

Ao que aspiro, porém, neste momento, é que o MDB, também nos acompanhe nessa caminhada. Ainda ontem, o Senador Marcos Freire, na sua brilhante oração, referiu-se a Caxias, dizendo que devíamos tomar o caminho da reconciliação. Pois aqui estamos, para essa reconciliação. Mas, ela terá que ser feita, e acredito que será feita, sem que o Brasil conheça qualquer abalo na sua estabilidade social, política, financeira, econômica, até porque, — é é isso que eu quero, por último, dizer aqui nesta Casa, — não há democracia, não há liberdade se não houver a ordem. E para concluir, Sr. Presidente, não quero fazê-lo com palavras minhas mas quero fazê-lo lendo aqui o maior de todos nós, o maior que já honrou esta Casa e este País, que foi Rui Barbosa. É, justamente, no artigo que, por uma singularidade feliz, se intitulava "Civis e Militares", que ele assim enuncia o seu pensamento:

#### CIVIS E MILITARES

De todos os sinais por onde um regime pode afirmar a sua aceitabilidade, e um povo demonstrar a sua civilização, o primeiro é a ordem, o segundo a obediência às leis. Sem a paz não há legalidade possível. Sem uma e outra não se concebe a liberdade. Toda forma de governo, que não assegure ao país ao menos aquelas duas condições elementares de existência policiada, ou é organicamente deficitosa, ou não se acomoda à nação, que a adotou; e, quer num caso, quer no outro, pelo primeiro, ou pelo segundo motivo, está destinada a cair.

Terrível alternativa a da sociedade humana, que não puder alcançar a tranquilidade, senão perdendo as instituições livres. Mas o certo é que estas serão sempre absolutamente incompatíveis com a violência e a anarquia. Pela desorganização e pelo tumulto triunfa invariavelmente o predomínio da força.

Portanto, Sr. Presidente, é para isso que queremos convocar o MDB, o MDB com as responsabilidades que lhe deram as vitórias de 15 de novembro, para que se junte a nós, não nas desconfiâncias, não nas interrogações, mas no trabalho construtivo, para que possamos dar a este País a ordem, em primeiro lugar, pois sem ela não teremos a democracia desejada. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

**O Sr. Marcos Freire** (Pernambuco) — Sr. Presidente, peço a palavra, para explicação pessoal.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire.

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco) (Para explicação pessoal) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O último discurso do Sr. Senador Jarbas Passarinho, pronunciado ontem nesta Casa, parecia ter amainado as rajadas de vento forte, que nestes últimos dias, colocaram-nos frente a frente, em debates abertos e francos. É que, no final das contas, falando, trocando idéias, expondo posições, chegamos até a concluir que, na análise dos regimes fortes imperantes ontem e hoje, a nossa discordância essencial estava mais na apreciação das causas que lhes deram origem. Para nós, as causas de antes e de depois não justificaríamos a quebra da normalidade democrática, enquanto que, para S. Ex<sup>a</sup>, uma série de fatores — de ordem interna e externa — estariam, não apenas a explicar, mas mesmo a justificar os poderes discricionários ainda existentes no Brasil.

Por isso mesmo, como não havia, nas conclusões, ponto de maior profundidade e de divergência, senão esse — já exaustivamente analisado e que cabe respeitar, reciprocamente — não esperávamos tivéssemos que voltar a esta tribuna para tratar de igual matéria.

Mas eis que hoje, estreado nesta Casa o ilustre Senador Luiz Viana, S. Ex<sup>a</sup> vem, de certa forma, analisar os nossos discursos. Como tivemos oportunidade de esclarecer, nos apartes que S. Ex<sup>a</sup> teve a gentileza de nos conceder, a interpretação dada aos referidos pronunciamentos não foi fidedigna. Em verdade, não desejamos trazer, aqui, nenhum paralelo entre o Governo do General Ernesto Geisel e o dos Presidentes que o antecederam. Traçamos paralelo, tão-somente, entre os poderes discricionários, ainda hoje existentes, através do Ato Institucional nº 5 e da Carta outorgada em 1969, e aqueles existentes durante o Estado Novo.

S. Ex<sup>a</sup> também abordou aspecto que, talvez, seja interessante ressaltar aqui, porque mostra que não apenas no MDB, como alegou o Senador Luiz Viana, mas também na ARENA existem, como é muito natural, divergências na apreciação dos fatos políticos e, conseqüentemente, na própria atuação dos seus parlamentares.

Disse S. Ex<sup>a</sup> o Senador Luiz Viana que, com quarenta anos de vida pública, era testemunha dos recuos e até das agonias da Democracia no Brasil e situou, perante este Plenário, as causas desses retrocessos, dizendo que elas residem na atuação dos elementos radicais de 1935 até 1964. Afirmou que 1935 abriu as portas de 1937, justificando, assim, o golpe de 10 de novembro daquele ano.

Como vemos, S. Ex<sup>a</sup> se coloca em posição diametralmente diferente daquela antes defendida pelo Senador Jarbas Passarinho, que, como nós, combateu a ditadura do Estado Novo e, também como nós, não via razão plausível, então, para a quebra da normalidade democrática.

O Senador Luiz Viana lembra ainda 1945 e parece-nos que, aí, mais ainda, não se poderiam apontar os elementos radicais como causa dos acontecimentos daquele ano. Talvez 45 seja aceito por unanimidade, neste Senado, como um movimento liberal de redemocratização deste País, iniciado alguns anos antes. Graças a esse movimento, que nada teve de radical, é que voltamos à plenitude da normalidade constitucional.

S. Ex<sup>a</sup>, indo além, refere-se a 1954, dizendo ser "a época em que os radicais tomaram conta do País, com seus slogans, provocando a reação da extrema-direita". É bom que se assinala nos Anais desta Casa que, na opinião do ilustre Senador Luiz Viana, 1954, movimento que levou ao suicídio o Presidente Vargas, foi — no entender de S. Ex<sup>a</sup>, repita-se — um movimento de extrema-direita, que quebrou, mais uma vez, a normalidade democrática deste País. Em verdade, nem sempre se poderá considerar, como causa do desfecho, muitas vezes trágico, do processo político brasileiro, "a maneira imprudente por que os elementos radicais nem sempre compreenderam que a Democracia é "aquela plantinha tenra" a que se referiu Octávio Mangabeira". E aqui — assinala-se — é interessante, curioso, senão paradoxal, que o Senador Luiz Viana se socorra do eminente Senador Octávio Mangabeira, um dos grandes paladinos da Democracia, — dele, que sucumbiu à ditadura de 1937, que teve que se exilar, que ir para fora do País. O Senador Luiz Viana que, pelo que se vê, justifica 1937, invoca, exatamente, essa figura tão grata e que tanto honrou o Parlamento Nacional.

Desejaríamos, sim, que se pudesse chegar a uma conciliação nacional, como ocorreu em 1945. Que, como afirmei ontem da tribuna, homens como Octávio Mangabeira pudessem também, hoje, retornar ao seu País, contribuindo, como força válida, para o futuro desta Nação.

Concordamos, até, que haja interesse do Presidente Geisel em por cobro às violências que ocorrem neste País. Não temos por que duvidar da preocupação de Sua Excelência, da sua não-complacência, da sua não-tolerância com os casos de violências. Por isso mesmo é que o MDB tem procurado colaborar nesse seu propósito, denunciando casos concretos e pedindo providências. Não se diga,

por isso, que há áreas radicais em nosso Partido, porque todas as iniciativas do MDB, todas as notas publicadas, a tentativa do CPI ou de convocação do Sr. Ministro da Justiça, foram decisões aceitas por unanimidade do Partido que, nesta Legislativa, talvez mais do que nas outras, tem apresentado uniformidade de ação e pensamentos que muito nos engrandece.

S. Ex<sup>a</sup> o Senador Luiz Viana invocou, há pouco, o exemplo das investigações feitas na ilha de Fernando de Noronha, após o Movimento de 1964, quando o Presidente Castello Branco encarregou o General Ernesto Geisel de presidir essas investigações. É um exemplo, sem dúvida, a ser imitado, sobretudo agora, quando surgem, a cada dia, tantas versões de novos casos de violência. É isso que o MDB quer: que se repita o gesto de Castello Branco, que se estabeleçam investigações neste País, que as prisões sejam visitadas para que não possam pairar dúvidas de que neste País se respeitam os direitos humanos. Sim, porque as dúvidas existem. Estamos recebendo, quase que diariamente, denúncias e apelos de familiares de pessoas desaparecidas, presas ou torturadas. Então, é preciso elucidar se essas denúncias são realmente procedentes ou não e, como Castello Branco o fez, segundo o exemplo aqui invocado, seria, por certo, de bom alvitre que aquela medida fosse repetida.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — O tempo de V. Ex<sup>a</sup> está esgotado.

**O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco)** — Vamos concluir, Sr. Presidente. Queremos apenas deixar bem claro que não nos interessa cortejar aqui, como foi dito, forças preocupadas em combater a ordem. Apenas não queremos que, em nome da ordem e da segurança se aniquile a liberdade neste País, como já ocorreu em tantos regimes fortes, a quem e além fronteiras.

Em relação à subversão, a pergunta aqui feita é descabida, porque não tem sido uma, nem duas, nem três vezes que nós, do MDB, temos-nos manifestado a respeito. Ainda naquele discurso de ontem, que S. Ex<sup>a</sup> parece ter lido mas não compreendido, tivemos oportunidade de repelir toda e qualquer violência; sejam as violências partidas do Governo, sejam as perpetradas contra o Governo.

À pergunta que se fez, se haveria colaboração nossa para o desenvolvimento que superasse a fronteira entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, estamos aqui para dizer que com ele colaboraremos. Mas não com um desenvolvimento, meramente crescimento econômico, mas com aquele que, no dizer mesmo do General Ernesto Geisel, seja integral e humanista, por implicar, também, no desenvolvimento social e político. O desenvolvimento político requer muito mais do que eleições, muito mais do que a presença de simples parlamentares do MDB neste Senado, porque desenvolvimento político e democracia exigem, sobretudo, instituições livres, exigem um Congresso soberano, exigem um Judiciário independente, exigem respeito aos mandatos populares, exigem uma série de outras coisas que atualmente estão suspensas neste País.

Eram as explicações, Sr. Presidente, que queríamos dar, porque tanto nós, pessoalmente, como o Partido no qual estamos integrados, visamos antes de mais nada, àquele desenvolvimento pleno, desenvolvimento econômico, político e social, que traga melhores dias, dias de paz e de amor para o Brasil. (Muito bem! Palmas!)

**O Sr. Luiz Viana (Bahia)** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Tem a palavra o nobre Senador Luiz Viana.

**O SR. LUIZ VIANA (Bahia) (Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, já que o nobre Senador Marcos Freire se referiu a mim para fazer um reparo, quanto ao ano de 1945, poderia ter sido muito mais simples se S. Ex<sup>a</sup> me houvesse interpelado sobre o que eu queria dizer com essa data.